

Morfologia e topografia sociocultural da universidade nos primeiros anos de ditadura: a população universitária brasileira e da Universidade Federal de Pernambuco (1964-1975)

Sociocultural morphology and topography of the university in the first years of dictatorship: the Brazilian university population and the Federal University of Pernambuco (1964-1975)

Dimas Brasileiro Veras¹

Instituto Federal Pernambuco – IFPE *Campus* Recife
Recife, PE, 50740-545, Brasil

Resumo: O presente artigo analisa a evolução das instituições e da população universitária brasileira e da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) ao longo de dez anos de ditadura no Brasil. O recorte cronológico assinala o período da mais intensa intervenção da ditadura militar na educação superior, com seus vetores de vigilância, controle, repressão e reforma universitária. A documentação pesquisada reúne dados quantitativos e qualitativos sobre o ensino superior brasileiro, especialmente sobre a UFPE. As séries históricas foram compostas a partir dos Anuários Estatísticos Brasileiros do IBGE, relatórios do MEC e da UFPE. A variedade de métodos, indicadores, categorias presentes em dez anos de documentos estatísticos exigiu um esforço na reconstituição das séries históricas. Os limites e as lacunas documentais foram superados pelo cruzamento com fontes variadas e pelo uso de diferentes escalas de análise. A proposta geral é traçar uma espécie de análise morfológica e topográfica do campo acadêmico brasileiro. A pesquisa revela o perfil social e institucional do campo universitário brasileiro durante o regime militar e a privatização do ensino superior e o aprofundamento da desigualdade de região, de classe, de raça e de gênero naqueles anos.

Palavras-chave: universidades; UFPE; ditadura militar; desigualdade; repressão.

Abstract: This article analyzes the evolution of institutions and the Brazilian university population and the Federal University of Pernambuco (UFPE) over ten years of dictatorship in Brazil. The chronological cut marks the period of the most intense intervention of the military dictatorship in higher education, with its vectors of surveillance, control, repression and university reform. The researched documentation brings together quantitative and qualitative data about Brazilian higher education, especially about UFPE. The historical series were composed from the IBGE Brazilian Statistical Yearbooks, reports from the MEC and UFPE. The variety of methods, indicators and categories present in ten years of statistical documents required a great effort to reconstruct the historical series. Documentary limits and gaps were overcome by crossing different sources and using different scales of analysis. The general proposal is to outline a kind of

¹ Professor do IFPE Campus Recife. Doutorado em História pela UFPE (2018). Membro da Cátedra Paulo Freire da UFPE. Coordenador do Malungo-Lab: laboratório de humanidades digitais e inovação social do IFPE Campus Recife. Membro do Grupo de Pesquisa "História, Cultura e Trabalho" (CNPq/IFPE). Autor dos livros "História, Memórias e Saberes Ancestrais", "Sociabilidades letradas no Recife" e "Sociedade e cultura sustentável". ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4684-305X>. E-mail: dimasveras@recife.ifpe.edu.br.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

morphological and topographic analysis of the Brazilian academic field. The research reveals the social and institutional profile of the Brazilian university field during the military regime and the privatization of higher education and the deepening of regional, class, race and gender inequality in those years.

Keywords: universities; UFPE; military dictatorship; inequality; repression.

“A terra é redonda e não é de todo mundo”

(Chacal, 2007, p. 248).

“Tempos escurecidos. O que meus olhos não estão vendo hoje, pode ser o que vou ter de sofrer no dia depois –d’amanhã”

(Rosa, 2001, p. 534).

As forças golpistas vitoriosas no golpe de 1 abril 1964 prosseguiram com a política de expansão da educação escolar, sobretudo superior, iniciada nos anos 1930 pelo presidente Getúlio Vargas (1930-1945). Era o fim do Estado de direito estabelecido pela Constituição de 1946 e do governo do presidente João Goulart (1961-1964) (DREIFUSS, 1981; FERREIRA; GOMES, 2014; NAPOLITANO, 2016; VERAS, 2012). A retomada do crescimento e a transição para o atual sistema de ensino de massas conviveu com as ações sistêmicas de controle, repressão e vigilância, bem como os cortes anuais nos orçamentos da educação pública (MOTTA, 2014; VERAS, 2018; VERAS, 2021a; 2021b; VERAS, 2023; VERAS, 2024).

Até então, a paisagem do ensino superior era composta por universidades e escolas públicas e uma modesta rede de instituições particulares, quase sempre, confessionais. Em vista disso, o sistema educacional superior ampliara-se substancialmente nos anos 1940, 1950 e, especialmente, 1960, quando alcançou o maior ritmo de crescimento. O pesquisador Luiz Antonio Cunha ressalta que as universidades “passaram de cinco, em 1945, para 39 em 1964” e que “o número de estabelecimentos isolados subiu de 293 para 564 nesse período. Enquanto, o número de universidades foi multiplicado por sete, o de escolas isoladas não chegou a dobrar” (CUNHA, 2007b, p. 82; 205). As universidades concentravam na época 81% das matrículas.

Este ambiente começara a se formar no Brasil com a derrocada do Estado Novo (1937-1945), quando as nascentes universidades brasileiras se constituíram através da aglutinação e da



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 18-44, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263821>

federalização de faculdades e escolas profissionais que datam do século XIX e XX. Entretanto, não se tratava de uma conjuntura exclusivamente brasileira. Após a II Guerra Mundial, o ensino superior se projetara por todo mundo industrializado, capitalista e socialista, e do chamado terceiro mundo (CHARLE; VEGER, 1994).

O rápido crescimento populacional, a urbanização e a industrialização impulsionaram as novas regras e dimensões do jogo universitário. A educação ultra especializada era uma peça-chave do novo paradigma de desenvolvimento econômico com foco na tecnologia. Entrar neste campo profissional emergente exigia cada vez mais a formação superior e o status do diploma universitário. A fim de se adequar à nova realidade histórica, as universidades passaram por sucessivas reformas que as tornaram mais profissionais, abertas e padronizadas (HABERMAS, 1987; CHARLE; VEGER, 1994; IBGE, 2006, s/p; HOBSBAWM, 2011)².

No Brasil, o governo ditatorial buscou reestruturar e expandir a universidade, conforme o modelo americano, assim como investir numa rede de faculdades e escolas privadas organizadas nos moldes do que Florestan Fernandes chamara de “antigo padrão da escola superior” ou da “má escola brasileira” (FERNANDES, 1975, p. 58; CUNHA, 2007a). A base do modelo era escolas profissionais de baixa qualidade e recursos materiais e humanos limitados. A finalidade menos pedagógica do que mercadológica destas instituições não dava espaço para os valores universitários emergentes no século XX: a pesquisa científica e tecnológica, a extensão, a autonomia acadêmica e o reconhecimento profissional do magistério superior (FERNANDES, 1975; MARTINS, 2009; MINTO, 2012). As tabelas abaixo, organizadas pelo autor, apresentarão um panorama do desenvolvimento do ensino superior no Brasil no período.

TABELA 1 – Universidade e estabelecimentos isolados 1964 – 1975

IES/Ano	1964	1967-68	1969-70	1971	1972	1973	1974	1975
Universidades	39	48	60-65 ³	64	65	57	57	57
Estabelecimento isolados	564	397	636	555	1271	653	773	803

² O censo do INEP com a *Sinopse estatística do ensino superior* apenas abrange o período que vai de 1995 a 2016. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>; Acesso em: 22 jan. 2018.

³ Os anuários apresentam os dois valores.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) Atribuição 4.0 Internacional.

Fonte: IBGE, 1969; 1970; 1972; 1973; 1974; 1977; CUNHA, 2007b, p. 82

De acordo com os dados apresentados referentes ao período de 1964 a 1975, as Universidades cresceram 46%, uma taxa média de 4,6% ao ano. Já os estabelecimentos isolados aumentaram em 42%, ou mais ou menos 4,2% ao ano em média. O que revela que a velocidade de crescimento das universidades foi semelhante ou apenas sensivelmente maior. Esta pequena diferença se motivava no fato de que muitos estabelecimentos isolados privados não sobreviveriam ao início dos anos 1970, talvez por fragilidade institucional, ou pelo recuo do governo, que passa a coibir a criação de novas unidades e turmas de graduação, no contexto dos problemas suscitados pelas vagas de curso ociosas e dos profissionais excedentes (MINTO, 2012).

Esta mudança institucional pode ser melhor apreciada pela caracterização dos 860 estabelecimentos registrados em 1975 de acordo com a dependência administrativa: 37 universidades públicas, 20 universidades privadas, 178 estabelecimentos isolados públicos e 625 estabelecimentos isolados privados. O setor privado representa então 75% do sistema de ensino superior. A balança acadêmica entre o público e o privado se inverteu rapidamente uma vez que participação desta circulava em torno de 45% até 1965 (DURHAM, 2003, p. 18).

Por outro lado, a desigualdade regional foi acentuada no período no qual 69,41% das instituições, cerca de 597 escolas, passam a funcionar nos estados do Sudeste do Brasil: Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo (IBGE, 1977, p. 244). Embora não tenham sido encontrados dados referentes à disposição regional dos estabelecimentos anteriores ao censo de 1969, que mostra que em 1967 o Sudeste concentrava 41,66% das universidades⁴ (IBGE, 1969, p. 633), os 605 cursos registrados pelo censo de 1964 correspondiam a 48,13% de todos os 1257 cursos do Brasil (IBGE, 1966, p. 483-487).

O número de graduações se tornou mais que duas vezes maior entre 1964 e 1974, quando passam de 1257 para 3080. Assim como nas instituições, a iniciativa privada era responsável pela oferta de 1.802 cursos que representavam cerca de 58,50% do total (IBGE, 1977, p. 233). A transferência da responsabilidade da graduação para iniciativa privada contou com largos recursos estatais. Os principais instrumentos desta relação foram os mecanismos de transferência orçamentária, a renúncia fiscal, os fundos e os programas governamentais (ALMEIDA, 2002). O

⁴ O número dos estabelecimentos isolados é apresentado em números absolutos sem discriminação.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

desenvolvimento meandroso da educação brasileira, como o chama Luiz Antônio Cunha, era condicionado por forças que titubeavam entre a reestruturação da universidade e o apoio maciço às escolas superiores fáceis (CUNHA, 2007; MARTINS, 2009; MOTTA, 2014).

É importante sublinhar que esse dado aponta para um padrão de instituições privadas de menor porte, com menos variedade de oferta de cursos de graduação, afinal detinham 75% do número de instituições, mas apenas 58% do número de cursos. Essa disposição influencia o tipo de ensino superior ofertado por estas escolas marcadas por altos níveis de improvisação e baixo investimento, isto é, menos estrutura institucional. De tal modo que estes estabelecimentos privados eram tendencialmente menos qualificados como ofertantes de ensino superior, seus cursos tendiam, portanto, a ser menos qualificados.

Pelas Razões aludidas na observação anterior, as universidades federais e católicas tentavam se manter como “grande escola” de formação geral, profissional e científica da elite brasileira. O diploma, a formação integral e os laços de fraternidade elitizados desempenhavam um importante papel na unificação da classe e dos grupos dirigentes, bem como no compartilhamento de capital sociocultural e simbólico que assegurava manutenção do *status quo* por meio do acesso as melhores oportunidades.

Naquele tempo ficou muito conhecido nos jornais e nas ruas as manifestações políticas dos estudantes excedentes. O grupo de vestibulandos acampava nos centros universitários reivindicando o ingresso nos cursos, para os quais tiveram a matrícula negada pelo limite de vagas estabelecido. A “crise dos excedentes” pode ser quantitativamente apreendida pelos vestibulares de 1968, nos quais houve cerca de 228 mil inscritos e apenas 95 mil aprovados. Geralmente os estudantes excedentes provinham do “concurso de habilitação” (como se chamava os vestibulares fragmentados por escolas e faculdades) das unidades tradicionais de Direito, Medicina e Engenharia (IBGE, 1970, p. 681; IBGE, 2006; CUNHA, 2007a; CUNHA, 2007b).

O governo eliminou formalmente o problema num só golpe com a reforma universitária ditatorial. Para isto criou os vestibulares classificatórios e estimulou a expansão das escolas e faculdades privadas em suposto “caráter excepcional” e “complementar”. Com o vestibular classificatório eliminava o problema jurídico do excesso de estudantes aprovados nas médias estabelecidas pelos antigos “Concursos de habilitação” e delegava ao crescente setor privado o problema dessa demanda transbordante. Antes mesmo do dia 28 de novembro de 1968, data de



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 18-44, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263821>

publicação da Lei de Reforma Universitária, a “exceção” escolar superior privada se transformara em regra. Certamente centenas de milhares de estudantes permaneciam com sua luta por formação superior represada, não obstante, vetava-se, assim, a matrícula mediante ação judicial.

A LDB de 1961 delegava, neste sentido, ao Conselho Federal de Educação (CFE) o poder de autorizar e fiscalizar a abertura de novas instituições de ensino superior. Após a reforma universitária, apenas entre 1968 e 1972, foram aceitos 759 dos 938 pedidos de abertura de novos cursos encaminhados ao CFE. As autorizações e fiscalizações eram permeadas por vezes por negociações cinzentas entre os conselheiros e empresários da educação (CUNHA, 2007b; MARTINS, 2009; MOTTA, 2014).

O Recife, capital do estado de Pernambuco, possuía em 1964 três universidades e quatro estabelecimentos de ensino isolados. Dentre estas instituições, a UR (atual UFPE), a Universidade Rural (atual UFRPE), a Universidade Católica (atual UNICAP), a Escola de Serviço Social (depois incorporada à UFPE), a Escola de Educação Física de Pernambuco, a Faculdade de Ciências Médicas e a Faculdade de Odontologia de Pernambuco. As três últimas unidades formaram anos mais tarde a Federação de Escolas Superiores de Pernambuco (FESP – Atual Universidade de Pernambuco - UPE).

O circuito de instituições superiores pernambucanas reunia um total de vinte nove Faculdades e Escolas e noventa e sete cursos de graduação (IBGE, 1968, p. 31-33). Em 1975 o estado contabilizava vinte e cinco estabelecimentos e cento vinte cursos. Desse total, 59 (49,16%) eram mantidas diretamente pelo Estado⁵. Em âmbito nacional, os novos estabelecimentos e cursos estenderam a contratação de professores e a abertura de novos cursos e vagas nos vestibulares. Os principais indicadores do sistema de ensino superior mais do que duplicariam em dez anos nas unidades e no contingente docente exposto abaixo.

TABELA 2 – Evolução do Corpo docente superior

⁵ Desse total, pelo menos 42 cursos eram ofertados pela UFPE. As graduações estavam divididas em quatro Áreas de Conhecimento: I – Ciências Humanas e Letras: Administração Pública, Administração de Empresas, Ciências Contábeis, Biblioteconomia, Ciências Econômicas, Ciências Sociais, Comunicação Social, Direito, Filosofia, Geografia, História, Letras (Bacharelado), Pedagogia, Serviço Social, Secretariado, Letras (Licenciatura). Área II – Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia de Minas, Engenharia Química, Engenharia Cartográfica, Física, Geologia, Química (Licenciatura), Matemática, Química Industrial, Estatística. Área III - Biociências: Ciências Biológicas, Ciências Biomédicas, Enfermagem, Farmácia, Medicina, Nutrição, Odontologia, Reabilitação, Psicologia, Educação Física. Área IV – Artes, Arquitetura, Licenciatura em Desenho e Plástica, Licenciatura em Música, Desenho Industrial (UFPE, 1974f, p. 59-62).



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 18-44, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263821>

Evolução do corpo docente superior (professor/estabelecimento)										
1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974
30.162	33.126	36.109	38.693	44.706	49.310	54.389	61.111	58.278	59.760	64.479

Fonte: IBGE, 1977, p. 231⁶

O recrutamento crescente de professores e professoras é apenas interrompido nos anos 1972 e 1973. Talvez estas duas contrações se expliquem pelos problemas estruturais da malha de estabelecimentos privados, cujo número de estabelecimentos oscila avançando e recuando ao longo destes anos. Pode-se sugerir igualmente os efeitos da fuga de cérebros por motivos profissionais e políticos registrado em 58% das instituições avaliadas em relatório sobre a reforma universitária (BRASIL, 1975a, p. 360)

Em 1974 a iniciativa privada estava à frente de 27.009 docentes superiores, mais do que 45% de todo professorado (IBGE, 1975, p. 838). Considerando que estas unidades eram responsáveis por 58% dos cursos de graduação, evidencia-se a concentração de turmas/aulas nas mãos de cada um desses professores e, por consequência, as disparidades de condições de trabalho e produção entre IES públicas e privadas. Os níveis de exploração do trabalho destes profissionais contrastavam com os do serviço público, onde estavam as melhores oportunidades, considerando o prestígio institucional, as boas condições de produção e a carreira do magistério superior.

Apesar de modesta, a participação das mulheres na UFPE era proporcionalmente mais elevada que a média geral de inserção feminina no mercado do trabalho brasileiro, que em 1970 circulava em torno de 18,5% (KLEIN; LUNA, 2014a, p. 48).

TABELA 3 – Corpo docente superior total e feminino - 1967 e 1972

Ano	Corpo docente Total	Corpo docente feminino (%)
1967	35.148	6.456 (18,3%)
1969	39.188	8.378 (21,4%)
1970	42.968	8.896 (20,7%)
1971	61.111	13.865 (22,7%)
1972	58.278	13.212 (22,7%)

⁶ Professor/estabelecimento. O número é significativamente maior quando relaciona professor/curso, como mostra o relatório do ano de 1976 que registra um total de 85.451 professores no ano de 1974 (IBGE, 1976, p. 645).



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 18-44, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263821>

Fonte: IBGE, 1970, p. 681; 1971, p. 704; IBGE, 1972, 824-826; IBGE, 1973, p. 790⁷

Há uma média de cinco professores homens para cada professora mulher. As universidades foram fundamentais para que esta proporção evoluísse de 18,3% para 22,7% entre 1967 e 1972.

A divisão sexual do trabalho acadêmico nacional era bastante parecida com a encontrada na UFPE, onde 23,23% do corpo docente era composto por mulheres⁸. Nos centros tradicionais de poder universitário este número diminui, como se observa no caso da Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Escola de Engenharia, Escola de Administração e Faculdade de Ciência Econômicas, cujas proporções são nesta mesma ordem: 3,07%, 11,74%, 1,85%, 4,08% e 7,14%.

A disposição fálica do poder acadêmico se reproduz igualmente no polo cultural e científico da universidade, tendo em vista, por exemplo, a ausência absoluta de mulheres no Instituto de Física. Em contrapartida, a presença significativa de professoras nos Institutos de Biociências, de Antibióticos, de Farmácia e de Enfermagem (neste último não há nenhum professor homem) mostra que o campo da saúde era uma exceção nas androcêntricas ciências duras (UFPE, 1974, p. 237). Trata-se, todavia, de uma exceção que confirma a regra, pois a abertura se apoia, em parte, nas práticas de reprodução, cuidado, limpeza, cura, beleza, etc. que replicam no campo da saúde o lugar materno da mulher na família patriarcal.

Ademais, a proporção de professoras mulheres é equilibrada ou mais elevada nas unidades de menor poder e prestígio acadêmico, sobretudo nos centros de formação de professores, como o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, a Faculdade de Educação e o Núcleo de Educação Física (UFPE, 1974, p. 237). O monopólio masculino da (re)produção social do território acadêmico reservava às mulheres os nichos menos valorizados da universidade. As áreas e as disciplinas são divididas entre os sexos, de acordo com os sentidos e hierarquias desiguais de gênero na sociedade.

Este arranjo dos corpos e vozes não impediu, entretanto, que o acesso à educação superior ampliasse as possibilidades de sentido e de subjetividade femininas para além das representações tradicionais de gênero. Estas transformações são contemporâneas aos novos fluxos sociais, culturais e políticos do momento: a vida na cidade, o trabalho, as novas tendências culturais e artísticas, os

⁷ Apenas os Anuários de 1972 e 1973 utilizaram das mesmas metodologias e indicadores empregados para confecção da Tabela 2. Daí os números absolutos referentes a 1967, 1969 e 1970 serem diferentes daqueles listados anteriormente. No entanto, entende-se que os números apresentados conservam seu valor analítico quanto à desigualdade sexual e de gênero.

⁸ 381 professoras mulheres de um total 1.640 docentes.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 18-44, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263821>

métodos contraceptivos, o divórcio, a diminuição do tamanho das famílias, os movimentos sociais e políticos, dentre outros (KLEIN; LUNA, 2014a).

Em estudo de psicologia social sobre mulheres e militância durante a ditadura militar, as pesquisadoras Ingrid Gianordoli-Nascimento, Zeidi Trindade e Maria de Fátima Santos assinalam a presença expressiva de estudantes e de professoras universitárias entre as militantes processadas e presas pelo regime militar⁹. A produção da consciência histórica de gênero ganhou força através da trajetória destas mulheres, que em seus trabalhos no cotidiano, na clandestinidade e no exílio se articularam mutuamente promovendo as primeiras organizações feministas e estudos de gênero no Brasil (GIANORDOLI-NASCIMENTO, TRIDNADE; SANTOS, 2012; FACHINI; DANILIAUSKAS; PILON, 2013).

Conquanto a documentação não apresente indicadores étnico-raciais da população universitária, a bibliografia destaca que as mudanças sociais para as populações negras, pardas e indígenas foram ínfimas. A exclusão sistemática das minorias de cor pode ser inferida por outras séries que apontam os altos índices de analfabetismo, de exclusão socioeconômica e de concentração das populações negras, pardas e indígenas nas regiões menos assistidas pela política pública de educação superior, isto é, o Nordeste e o Norte do Brasil (KLEIN; LUNA, 2014; IBGE, 2006).

O movimento de minorias, especialmente feminista e negro, ganhou força nas universidades no bojo da revolta estudantil de 1968. A despeito da coerção policial e institucionais estes grupos denunciaram na universidade diferentes mecanismos de exclusão de gênero e étnico -racial, conquistando, doravante, importantes avanços no âmbito das políticas públicas de igualdade e inclusão social (ROGERS, 2012; ROOKS, 2007; GOMES, 2011).

Outro contraste do magistério superior é ainda hoje sua concentração nas metrópoles do Centro-Sul do Brasil, em consonância ao monopólio institucional (IBGE, 1975, p. 838). Como observam os pesquisadores Hebert Klein e Francisco Vidal Luna: “talvez em nenhuma outra época as disparidades regionais tenham se mostrado tão evidentes no Brasil” (2014, p. 69). O cenário de repressão, como ilustra a dispersão da equipe Paulo Freire da UR (VERAS, 2018; VERAS, 2023; VERAS, 2024), aliado aos baixos salários e ao patrimonialismo acadêmico, foi um dos principais

⁹As mulheres compunham entre 12 a 20% dos presos e processados políticos, muito próximo, portanto, da distribuição mais geral da população feminina na força de trabalho nacional ou universitária.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

motores da drenagem regional de cérebros em favor do eixo Rio e São Paulo, que, entretanto, não estava livre da fuga de capital humano em âmbito internacional (BRASIL, 1975).

Aqui se faz importante analisar outros indicadores que não são tratados pelas estatísticas nacionais. Por exemplo, a análise dos Anuários da UFPE mostra que os docentes de meia idade dominavam a faixa etária dos mestres acadêmicos (a idade média era 45 anos) e a presença pouco expressiva dos neófitos e dos anciões que juntos somam apenas 10% do corpo docente. A tabela abaixo ilustra como este indicador geracional se dispunha na UFPE no ano de 1974.

TABELA 4 - Distribuição por idade do corpo docente – 1974

Idade	Total (%)
Menos de 30	43 (3%)
30 a 40	441 (31%)
41 a 50	570 (40,2%)
51 a 60	262 (18,5%)
Mais de 60	103 (7,3%)
Total	1.419 (100%)

Fonte: UFPE, 1974, p. 238

O domínio etário de 30 a 50 anos evidencia a longa espera, própria ao recrutamento retardado do professorado superior. A implantação das pós-graduações e seus cursos de mestrado e de doutorado instituem a partir de 1966, os intervalos mínimos dos ciclos de adiamento sistemático da seleção acadêmica.

Sobre o recrutamento docente é importante destacar também que a contratação se deu majoritariamente no período pela CLT, em detrimento do quadro jurídico único do serviço público e outros regimes funcionais. Aliás, o quantitativo de docentes do quadro único diminuiu no segundo quartel do século XX, ao passo que os celetistas se tornaram sete vezes maior.

TABELA 5 - Evolução numérica do corpo docente da UFPE

Ano	Número Absoluto	Quadro (%)	CLT (%)	Outros (%)
1965	1.008	891 (88,3%)	117 (11,7%)	
1966	1.039	888 (85,4%)	151 (14,6%)	
1967	1.100	853 (77,5%)	247 (22,5%)	
1968	1.161	832 (71,6%)	329 (28,4%)	
1969	1.331	915 (68,7%)	416 (31,3%)	



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

1970	1.338	916 (68,4%)	422 (31,6%)	
1971	1.495	911 (60,9%)	584 (39,1%)	
1972	1.527	890 (58,2%)	532 (34,8%)	105 (7%)
1973	1.613	896 (55,5%)	717 (44,5%)	-
1974	1.640 ¹⁰	810 (49,3%)	795 (48,4%)	35 (2,3%)

Fonte: UFPE, 1974, p. 219

A contratação exclusiva por regimes fora da égide do serviço público era uma velha ambição dos consultores internacionais da reforma universitária, Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), e dos técnicos-burocratas do governo militar. No entanto, a proposta não logrou sucesso ao longo da reforma. As contratações via CLT realizavam-se por seleção pública, pois estavam legalmente dispensadas dos concursos. O modelo facilitou e agilizou a recomposição do corpo docente após os sucessivos expurgos e atos de repressão de universitários opositores (VERAS, 2012; VERAS, 2021b; VERAS, 2021a; VERAS, 2021b; VERAS, 2023; VERAS, 2024)

Geralmente, o recrutamento docente zelava pela contratação de quadros simpáticos ou neutros em relação ao governo militar, apesar das exceções no caso de profissionais suspeitos¹¹, de reconhecida competência, prestígio e influência familiar e fraterna. As seleções eram, ainda, vigiadas pelos órgãos de informação e depois, especificamente, pelas Assessorias de Segurança e Informação (ASI) e Assessorias Especiais de Segurança e Informação (AESI) das Universidades (MOTTA, 2014; VERAS, 2018).

O forte controle dos dirigentes universitários e da “comunidade de segurança e informações” fizeram da seleção de pessoal objeto de negociação permanente. Conforme processo de triagem política, todo servidor público, a partir dos anos 1970, deveria ser aprovado pelos Órgãos de Informação (OI) mediante avaliação do Levantamento de Dados Biográficos (LDB) subordinada ao Sistema Nacional e Informações (SISNI) e ao Serviço Nacional de Informações (SNI) (MOTTA, 2014; VERAS, 2018).

¹⁰ O número difere da tabela anterior a qual se refere à “distribuição do corpo docente [...] segundo cursos”, enquanto esta apresenta a distribuição do “número absoluto” do corpo docente (UFPE, 1974, p. 217; 219; 238)

¹¹ Para este julgamento levava-se em consideração todas as formas de intolerância e preconceito reunidas sob o crivo do anticomunismo.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 18-44, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263821>

Ademais, há poucos documentos e trabalhos sobre a linha de mutação dos técnicos administrativos do ensino superior. O mundo à parte das cidades e dos *campi* universitários necessitava dos mais variados serviços gerais e especializados, o que comumente tornou esta categoria mais numerosa que o professorado. Na UFPE, o crescimento seguiu um ritmo contínuo, no entanto mais lento que os dos professores.

TABELA 6 - Evolução do corpo técnico administrativo da UFPE

Ano	Número absoluto
1969	2.734
1970	2.825
1971	3.018
1972	3.129
1973	3094
1974	3.170

Fonte: UFPE, 1974, p. 243

Em oposição ao corpo docente, os contratos dos técnicos administrativos em 1974 eram majoritariamente no quadro único (1.777 – 56%), seguido pela CLT (1.379 – 43,5%) e pelos recibos (14 – 0,5%). Os estatutos universitários vigentes não previam representação da categoria nos órgãos deliberativos da universidade, o que tornava a posição política do pessoal técnico e administrativo mais precária que a dos estudantes. Esta situação apenas será questionada de forma mais organizada a partir de 1978, quando é criada a Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (FASUBRA-Sindical).

A maioria do corpo técnico da UFPE estava lotado nos setores administrativos e complementares: Hospital das Clínicas-Pedro II (961); Reitoria, Prefeitura da Cidade Universitária e Restaurante Universitário (647); Televisão Universitária (177). Depois seguidos pelas unidades acadêmicas: Institutos centrais e especializados (460); Faculdade de Medicina (168) e Instituto de Biociências (120 – UFPE, 1974f, p. 245). Para cada universitário poderoso uma corte de técnicos removidos ao seu dispor. A tabela seguinte mostra a proporção entre professores, técnicos e estudantes.

Tabela 7 - População universitária da UFPE e proporção – 1969-1974



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Anos	Alunos de graduação ¹²	Técnicos administrativos	Docentes	Alunos/Técnicos administrativos	Alunos/Docente
1969	8.060	2.734	1.331	2,95	6,06
1970	9.549	2.825	1.338	3,38	7,14
1971	11.122	3.018	1.495	3,69	7,44
1972	12.771	3.129	1.527	4,08	8,36
1973	13.571	3.094	1.613	4,39	8,41
1974	13.091	3.170	1.640	4,13	7,98

Fonte: UFPE, 1974, p. 246

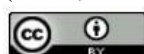
A população de técnicos se mantém duas vezes maior no período quando comparada à do professorado. Outra observação está no equilíbrio numérico entre as três categorias universitárias. A proporção mostra como a universidade permanece no período como instituição de excelência, com equipe de profissionais numerosa para atender os estudantes, apesar dos inúmeros obstáculos aqui apresentados.

O crescimento do alunado da UFPE parece significativo, mas é inferior ao ritmo da população geral de estudantes, sobretudo de faculdades, escolas e institutos privados. A tabela abaixo mostra através das matrículas em âmbito nacional a transferência gradual das matrículas para os estabelecimentos de ensino superior privado (CARVALHO, 2002, p. 115).

TABELA 8 - Expansão do número total de matrículas de graduação (no início do ano), mulheres, instituições públicas e privadas do ensino superior

Ano	Nº total de matrículas	Nº de matrículas de estudantes mulheres (%)	Instituições públicas (%)	Instituições privadas (%)
1964	142.386	-	87.665 (61,5%)	54.721 (38,5%)
1965	155.781	-	87.587 (56,2%)	68.194 (43,8%)
1966	180.109	-	98.442 (54,6%)	81.667 (45,4%)
1967	212.882	-	121.274 (56,9%)	91.608 (43,1%)
1968	278.295	-	153.799 (55,2%)	124.496 (44,8%)
1969	342.886	126.015 (36,7%)	185.060 (53,9%)	157.826 (46,1%)
1970	425.478	160.173 (37,6%)	210.613 (49,5%)	214.865 (50,5%)

¹² Excluindo alunos da Faculdade de Filosofia do Recife que são respectivamente de: 422, 575, 715, 1040, 1190 e 1387 (UFPE, 1974, p. 246).



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

1971	561.397	226.358 (40,3%)	252.263 (44,9%)	309.134 (55,1%)
1972	688.382	308.221 (44,7%)	278.411 (40,4%)	409.971 (59,6%)
1973	772.800	354.454 (45,8%)	300.079 (38,8%)	472.721 (61,2%)
1974	937.593	446.864 (47,6%)	341.028 (36,3%)	596.565 (63,7%)

Fonte: IBGE, 1971, p. 716; IBGE, 1972, p. 829; IBGE, 1973, p. 792; 796; IBGE, 1974, p. 785; 787; IBGE, 1975, p. 842; 846; 1977, p. 232.

A tabela registra pelo menos três movimentos: um primeiro, no qual o número de matrículas se torna quase 6,5 vezes maior em dez anos; um segundo, no qual a diferença sexual das matrículas praticamente se equilibra¹³; e um terceiro que, explicando o primeiro movimento, mostra que a ordem de crescimento das matrículas no setor público foi quase 3 vezes menor que a do setor privado.

As áreas mais densamente povoadas pela estudiantada brasileira em 1965, conforme organização profissional vigente, eram: Filosofia, Ciências e Letras; Direito; Engenharia; Administração e Economia; e, Medicina (IBGE, 1966, p. 483). Assim, dez anos depois, já contava com organização reformada de centros e áreas de conhecimento: ciências humanas, ciências exatas e tecnológica, ciências biológicas e profissões da saúde, letras, ciências agrárias e arte (IBGE, 1975, p. 849).

Os anuários estatísticos não apresentam indicadores étnico-raciais dos estudantes matriculados no ensino superior. Todavia, como no caso dos professores, os estudos sobre escolaridade, renda e raça sugerem que o ingresso de estudantes negros, pardos e indígenas foi nulo no período estudado (IBGE, 2006; KLEIN; LUNA, 2014).

Ademais, o crescimento da população estudantil da UFPE foi lento e contínuo como no caso nacional¹⁴.

TABELA 9 – Número absoluto de alunos matriculados de graduação na UFPE 1965 e 1974

Anos	Número absoluto de alunos matriculados de graduação
1965	4.329
1966	4.544

¹³ O número de matrículas de estudantes mulheres vai lentamente se equilibrando com o de estudantes homens sem, no entanto, possibilidades de equiparação de sexo antes do fim da ditadura em 1985. As estudantes mulheres eram mais numerosas nas unidades de artes, de saúde (sobretudo Enfermagem), e de Filosofia, Ciências e Letras.

¹⁴ Incluindo estudantes do estabelecimento anexo à Faculdade de Filosofia do Recife.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) Atribuição 4.0 Internacional.

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 18-44, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263821>

1967	5.407
1968	6.266
1969	7.535
1970	8.639
1971	10.296
1972	11.223
1973	12.310
1974	11.969

Fonte: UFPE, 1974, p. 68

A divisão de matrículas por áreas segue, da mesma maneira, a divisão geral de maior densidade nas Humanidades, Saúde, Exatas e Tecnologia, como mostra a próxima tabela.

TABELA 10 – Estudantes matriculados de graduação segundo área de ensino na UFPE

Ano	Área I – Ciênc. Humanas e Letras	Área II – Ciênc. Exatas e Tecnologia	Área III – Biociências	Área IV – Artes	Licenciaturas	Total
1965	1.492 (34,5%)	894 (20,7%)	1.326 (33,2%)	243 (5,6%)	176 (4,1%)	4.329 (100%)
1974	5.087 (42,5%)	2.608 (21,8%)	3.282 (27,4%)	734 (6,3%)	238 (2%)	11.969 (100%)

Fonte: UFPE, 1974, p. 74

Em 1974 a população discente da UFPE de sexo masculino e feminino se equilibram em termos numéricos. Conforme hierarquias e classificações da divisão sexual do conhecimento descrita nos parágrafos anteriores, as estudantes do sexo feminino são mais numerosas nos cursos de Humanas e Saúde (UFPE, 1974, p. 85). O quadro mais amplo do corpo discente da UFPE por modalidades de ensino pode ser conferido na tabela seguinte:

TABELA 11 - Quadro geral do corpo discente do nível médio, graduação e pós-graduação da UFPE – 1965-1974

Cursos	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974
Graduação	4.329	4.544	5.407	6.266	7.535	8.639	10.296	11.223	12.310	11.969
Mestrado	-	135	56	65	101	207	184	288	302	360
Especialização	-	-	-	-	-	-	-	89	86	228
Nível Médio	338	326	318	346	424	537	544	635	655	211



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 18-44, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263821>

Disciplinas Isoladas	-	-	-	-	-	166	98	46	40	96
Faculdade de Filosofia do Recife	257	262	270	359	422	575	715	1.040	1.190	1.387
Total	4.924	5.267	6.051	7.036	8.482	10.124	11.837	13.811	14.761	14.478

Fonte: UFPE, 1974, p. 246

Como se pode observar, o período assistiu também à regulamentação e expansão das Pós-graduações *stricto sensu*. Os cursos de mestrado e doutorado se beneficiaram com as linhas de fomento à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico previstas nos programas de desenvolvimento e segurança nacional. As metas estratégicas previam a formação de especialistas e o desenvolvimento de processos e tecnologias para o setor empresarial e militar. O governo assumia, de tal modo, parte dos custos do empresariado com formação, pesquisa e desenvolvimento (MINTO, 2012).

A instalação dos primeiros programas de pós-graduação contou com financiamento internacional de instituições como a USAID, a Fundação Ford, Fundação Kellog, Rockefeller, dentre outras. Ao lado de programas e órgãos nacionais, como os Centro Regionais de Pós-graduação, Programa de Intensivo de Pós-graduação, Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT), Conselho Nacional de Pós-graduação, Plano Nacional de Pós-graduação, dentre outras iniciativas de planejamento no estilo da gestão militar. A empreitada tornou o orçamento da pós-graduação dez vezes maior no contexto da reforma universitária (MOTTA, 2014).

O alvorecer da pesquisa universitária brasileira conviveu com o período mais agudo da repressão política da ditadura. De tal modo que o total de cursos de pós-graduação no Brasil passou de 23, em 1964, para 403, em 1974. As universidades federais e católicas eram responsáveis pela maioria das novas turmas. No bojo do falso milagre econômico, os primeiros mestrados e doutorados contemplaram áreas estratégicas para a política de desenvolvimento: Ciências Agrárias, Química, Engenharia, Tecnologia, Negócios e Ciências Naturais. Apenas depois viriam as áreas suspeitas de Ciências Humanas, Letras, Artes, Educação etc., que mesmo com a desconfiança da comunidade de informação, usufruiu da conjuntura favorável (MOTTA, 2014).



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 18-44, 2024. ISSN: 2448-0215.
Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”
<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>
<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263821>

Herdeiros da modesta experiência científica dos antigos Institutos de Cátedra e dos Institutos Especializados e Centrais (primeiros órgãos da pesquisa universitária), o sistema de pós-graduação brasileiro se formou através do trabalho extra dos professores de graduação. A tabela seguinte descreve o florescimento desta fração da categoria docente¹⁵.

TABELA 12 – Corpo docente dos cursos de pós-graduação, em universidades e estabelecimentos isolados

Modalidade	1964	1965	1966	1967	1968	1971	1973	1974	1975
Mestrado						2.448	2.757	4702	6.132
Doutorado						464	416	529	1.287
Total	710	556	527	863	1311	2.912	3.173	5.231	7.419

Fonte: IBGE, 1967, p. 698; 1968, p. 536; 1969, p. 644; 1971, p. 739; 1973, p. 801; 803; 1974, p. 795; 798; 1975, p. 855; 939; 1977, p. 249

O campo profissional se torna dez vezes maior em dez anos, obedecendo ritmo semelhante ao da comunidade estudantil e maior do que o dos professores de graduação e dos técnicos-administrativo. Além do mais, o segmento desenvolve-se dentro da própria fauna de professores contratados. Sem prever incrementos na renda, a participação na pós-graduação inaugura um novo *status* de prestígio no corpo híbrido de professores e pesquisadores universitários.

Como espaço de poder universitário as problemáticas já discutidas da desigualdade sexual e regional se acentuam no âmbito das pós-graduações. As mulheres representavam cerca de 14,32% e 16,13% do corpo docente nos anos de 1971 e 1973¹⁶. Ademais, cerca de 75% dos cursos e dos docentes de pós-graduação se encontravam localizados nas metrópoles do Centro-Sul, seguindo uma tendência de regionalização do campo acadêmico brasileiro.

O IBGE apenas passou a analisar estatisticamente o ensino de pós-graduação no Brasil a partir de 1960. No entanto, o órgão levou algum tempo para incorporar os conceitos e formatos de pós-graduação *lato sensu* e *strictu sensu* institucionalizados pelo Parecer do CFE nº 977, de 3 de dezembro de 1965. O documento definia a primeira modalidade como “todo e qualquer curso que

¹⁵Os docentes de pós-graduação nos anos 1960 atuavam majoritariamente em cursos de especialização e de capacitação *lato sensu*. Não há indicadores estatísticos nacionais de participação em cursos de mestrado e doutorado nos anos 1960. Apenas nos anos 1970 os órgãos nacionais passaram a apresentar dados gerais sobre este nível de ensino. O total do corpo docente dos cursos de pós-graduação entre 1964 e 1968 contabilizam em números absolutos os cursos ditos *lato sensu*, de especialização e de capacitação, e os cursos de pós-graduação *strictu sensu*, de mestrado e doutorado.

¹⁶No primeiro: 376 e 41 professoras de mestrado e de doutorado, respectivamente. No segundo: 470 e 42 professoras mulheres de mestrado e doutorado, respectivamente.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

segue a graduação”, principalmente, cursos de “especialização” e de “aperfeiçoamento”. Enquanto a segunda compreendia os cursos de “mestrado” e “doutorado”. Assim, os números apresentados pelos *Anuários* do IBGE até 1973 reúnem dados heterógenos dos futuros cursos *lato e strictu sensu*.

Por conseguinte, o *Anuário* de 1972 não apresenta nenhum levantamento sobre a pós-graduação no Brasil. Sendo este nível de ensino retomado na pesquisa estatística de 1973, desta vez, concentrando-se absolutamente nos cursos de mestrado e doutorado, paralelo à explosão de programas de pós-graduação no país. Neste sentido, não há referência aos cursos de “especialização” e de “aperfeiçoamento”. Estas mudanças nas variáveis e nas categorias do sistema de ensino decorrentes das mudanças na legislação e nos próprios métodos de pesquisa representam um grande desafio para montagem de séries históricas sobre o período (IBGE, 2006).

Os dados referentes à matrícula nos cursos de pós-graduação obedecem à mesma lógica descontínua e ascendente, como mostra a tabela abaixo:

TABELA 13 – Matrícula em cursos de pós-graduação em universidades e estabelecimentos isolados

Modalidad e	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1973	1974	1975
Mestrado								7.242	11.84 6	16.12 1	16.00 2
Doutorado								591	505	960	1258
Total	1.959	1.649	1.790	2.440	4.358	3.938	4.995	7.833	12.35 1	17.08 1	17.26 0

Fonte: IBGE, 1967, p. 698; 1968, p. 536; 1969, p. 644; 1971, p. 739; 1973, p. 801; 803; 1974, p. 795; 798; 1975, p. 855; 939; 1977, p. 249

Conforme a lógica descrita mais acima, os *Anuários* estatísticos brasileiros de 1969, 1970, 1971 e 1973 registram ineditamente o número de estudantes mulheres matriculadas nos cursos de pós-graduação conforme ordem seguinte: 1.697 (43,09%), 2.003 (40,10 %), 2.265(28,91%)¹⁷ e 4338¹⁸ (35,12%). Percebe-se, assim, que a proporção entre estudantes de pós-graduação homens e mulheres é inconstante e desigual. Por outro lado, a disparidade se torna maior a partir do momento em que as pesquisas passam a discriminar os níveis de mestrado e doutorado.

¹⁷ Sendo 2.144 mestrandas e 121 doutorandas.

¹⁸ Sendo 4.199 mestrandas e 139 doutorandas.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 18-44, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263821>

A UFPE regulamentou o ensino de pós-graduação em 1965 com a criação da Comissão Central de Pesquisas da UFPE (COCEPUFPE). O objetivo básico deste órgão era estimular a formação do pessoal docente. Recursos do Banco Mundial, da UNESCO, da USAID, da Fundação FORD e da SUDENE apoiaram o surgimento dos primeiros cursos de mestrado (MAIOR, 2005; UFPE, 1966; 1967). Na época a universidade contava com os seguintes programas institucionais de pesquisa: Bolsa de complementação do tempo integral; Auxílio financeiro à pesquisa e desenvolvimento do ensino; Bolsa de pesquisa (subdividida em aperfeiçoamento, pós-graduação e estágio); Bolsa de iniciação científica; Bolsa de substituição e vencimentos (“auxiliares de ensino, em viagem de estudo [...] seu contrato é rescindido e transformado seu vencimento em bolsa, em quantia equivalente ao mesmo” – UFPE, 1966, p. 7-8; MAIOR, 2005).

Estavam em funcionamento na UFPE desde 1966 os cursos de mestrado em Bioquímica, Matemática, Sociologia, Economia, Nutrição em Saúde Pública, Físico-química e Direito. Apenas em 1968 surgem os primeiros programas como o Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia. O CFE reconheceu em 1972 o curso de Mestrado em Bioquímica e no ano seguinte os demais cursos citados. Em 1973 implantaram-se os mestrados de Física do Estado Sólido, Hidrogeologia, Oftalmologia, Cirurgia, Medicina Tropical, Anatomia Patológica, Filosofia e Botânica. Ao passo que os cursos na modalidade *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, com fins de aprimoramento do pessoal docente da UFPE são anteriores à criação da COCEPUFPE (UFPE, 1973, p. 1).

Em 1974 a UFPE possuía 551 professores de pós-graduação, dos quais apenas 69 eram mulheres (12,52%). Do total, 280 eram professores dos cursos de mestrado, 161 dos cursos de especialização e 110 dos cursos de aperfeiçoamento. A instituição não dispunha ainda de cursos de doutorado. Os primeiros doutorados do Norte e Nordeste do Brasil foram os dez cursos nas áreas de ciências exatas criados na Bahia em 1975.

Em termos funcionais e geracionais, os professores do mestrado eram predominantemente da categoria titular e adjunto e com mesma idade média de 40 a 50 anos da graduação. Do mesmo modo que os cursos de especialização e aperfeiçoamento eram dominados por professores adjuntos e assistentes, com faixa etária dominante entre 30 e 40 anos (UFPE, 1974, p. 167-173). A hierarquia de funções e de idade se inscrevia no corpo maior de professores de pós-graduação.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 18-44, 2024. ISSN: 2448-0215.
Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”
<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>
<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263821>

Em relação aos estudantes, as matrículas nos mestrados passaram de 135 para 360 no intervalo de 1966 a 1974. O número de vagas e matrículas em pós-graduações *latu senso* eram, nesta mesma ordem, 512 e 455 (UFPE, 1974, p. 168). O quadro seguinte oferece elementos gerais sobre os cursos de mestrados da UFPE no ano de 1974.

TABELA 14 - Alunos matriculados em cursos de mestrado, segundo a unidade – 1974

Unidades	Cursos de mestrado	Vagas	Alunos matriculados				
			Total	Docentes		Não docentes	
				Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Instituto de Matemática	Matemática	30	23	4	-	14	5
Instituto de Física	Física	20	17	1	-	16	-
Escola de Química	Química	15	22	1	4	11	6
Instituto de Biociências	Fisiologia	20	19	-	1	9	9
	Botânica	9	7	2	3	-	2
	Biofísica	10	3	-	-	3	-
	Bioquímica	25	19	-	-	7	12
Instituto de Geociências	Hidrogeologia	20	13	2	-	10	1
	Geologia sedimentar	20	13	-	2	3	8
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas	Sociologia	20	58	1	1	24	32
	História	25	18	-	-	10	8
	Economia	20	49	5	1	35	8
Faculdade de Direito	Direito	25	51	6	1	25	19
Faculdade de Medicina	Cirurgia	10	8	3	-	5	-
	Pediatria	5	3	2	-	-	1
	Anatomia	10	9	-	3	2	4
	Patológica						
	Oftalmologia	4	8	-	-	6	2
	Medicina tropical	5	5	1	1	1	2



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 18-44, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263821>

Instituto de Nutrição	Nutrição em Saúde Pública	20	15	-	6	1	8
Total	-	313	360	28	23	179	127

Fonte: UFPE, 1974, p. 167

Uma primeira questão que chama atenção é a divisão das matrículas entre “Docentes” da UFPE e “não-docentes”. Como já foi mencionado os referidos cursos foram criados nos tempos da COCEUFPE para atender a necessidade de qualificação do próprio corpo docente e técnico da instituição. No entanto, a permanência dessa distinção no anuário estatístico da universidade oficial revela o quanto a pós-graduação *strictu sensu* era uma propriedade reservada à (re)produção do corpo docente superior, a despeito da matrícula de “não docentes” ter superado decididamente aqueles.

Por outro lado, enquanto sobravam vagas nos mestrados de exatas, geociências e saúde, as turmas de humanidades matriculavam mais estudantes do que as vagas inicialmente disponíveis. É um indicativo do aumento da concorrência nesta área pelo excesso de profissionais formados no período. Chama atenção, por fim, a presença marcante das mulheres nos mestrados de Fisiologia, Bioquímica, Geologia Sedimentar, Sociologia, Direito e Nutrição.

Em 1974 a UFPE possuía 137 professores do seu quadro matriculados em cursos de pós-graduação, dentre os quais, 35 cursando no exterior (UFPE, 1974, p. 176 – 179). No mesmo ano, do corpo docente da UFPE, 812 possuíam títulos de pós-graduação, num total de 1640, mais precisamente: 228 doutores, 134 mestres e 450 especialistas (UFPE, 1974, p. 181-187).

Em suas devidas proporções, a população universitária da UFPE seguiu o ritmo de crescimento nacional. Ao longo do capítulo observaram-se algumas peculiaridades socioculturais que relacionam o crescimento nacional e específico da UFPE. Ademais, a evolução numérica da população universitária da UFPE como um todo pode ser observada pela tabela seguinte¹⁹:

TABELA 15 - Evolução numérica população universitária da UFPE – 1969-1975

Anos	Total	Alunado		Docente		Técnico Administrativo	
1969	12.125	8.060	66,47%	1.331	10,98%	2.734	22,55%
1970	13.712	9.549	69,64%	1.338	9,76%	2.825	20,60%

¹⁹As duas últimas tabelas apresentam o total de alunos matriculados por curso na UFPE, excluindo os alunos da Faculdade de Filosofia do Recife (FAFIRE).



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 18-44, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263821>

1971	15.635	11.122	71,14%	1.495	9,56%	3.018	19,30%
1972	17.427	12.771	73,28%	1.527	8,76%	3.129	17,96%
1973	18.278	13.571	74,25%	1.613	8,82%	3.094	16,93%
1974	17.901	13.091	73,13%	1.640	9,16%	3.170	17,71%

UFPE, 1974, p. 249

A comunidade de profissionais e estudantes da UFPE passou de 12.125 em 1969 para 17.901 em 1974. Um crescimento de 33% semelhante à evolução do corpo docente superior nacional, na ordem de 30,7%, mas categoricamente inferior ao incremento do alunado nacional em torno 173,4%. Essa transição é simultânea à mudança para o *campus* da Cidade Universitária. Aos poucos os transeuntes do centro histórico do Recife se viram livres ou saudosos da multidão sem fim de universitários. Mas não se tratava de uma massa indistinta, pelo contrário, era uma aglomeração cuidadosamente selecionada ao longo de dez anos de educação básica e através de exames vestibulares que reivindicavam o domínio sobre uma gama de disciplinas apenas acessíveis para uma fração privilegiada da sociedade brasileira.

O momento estudado ficou marcado por mudanças e permanências socioculturais e políticas no campo acadêmico. Apesar do investimento nas universidades e na abertura para expansão de faculdades e de escolas privadas, a participação no ensino superior em meados dos anos 1970 apenas sinaliza para uma transição de um sistema elitizado para um sistema de massas. Talvez massas-elitizadas dada a participação crescente da classe média e da máquina híbrida entre o poder disciplinar e o biopolítico (DELEUZE, 1992). Como se pode observar, a inserção dos segmentos médios e baixos na graduação se deu principalmente através do setor privado, enquanto as universidades se reinventavam enquanto espaços tradicionais e modernos, individuais e massivos.

O mundo seguia em sintonia com o que Hobsbawm chamou de “explosão de números na educação universitária” (2011, p. 290). Foram poucos os países da América Latina e do Caribe que não acompanharam este salto. No Brasil, a frequência escolar superior evolui de 1,6%, em 1960, para 11,1%, em 1980²⁰. São números impressionantes, mesmo estando abaixo da média geral da América Latina e Caribe.

²⁰ “Total de alunos matriculados, independentemente de sua idade, sobre a população em idade escolar, multiplicado por 100” (UNESCO, 2004, não paginado).



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Enfim, miríades de professores, técnicos e estudantes universitários transformavam a vida cultural e política de seus países. Nas ditaduras, as universidades concentraram os principais focos de oposição, mas também o campo de disputa pelo poder entre aliados moderados e radicais dos regimes conservadores. Considerando a escassez de trabalhos sobre o tema, se faz importante observar mais de perto este movimento de adesão e de acomodação de lideranças e dirigentes universitários ao governo militar. Mas não sem antes caminhar novamente ao longo da mutação da população estudantil latino-americana e caribenha.

TABELA 16 – Taxa bruta de matrícula no ensino superior – América Latina e Caribe – 1960 - 1980

País	1960	1970	1980
Argentina	10,0	13,4	21,8
Bahamas	...	...	16,7
Barbados	...	3,4	14,8
Bolívia	1,3	9,0	14,9
<i>Brasil</i>	<i>1,6</i>	<i>4,7</i>	<i>11,1</i>
Chile	4,5	9,1	12,3
Colômbia	1,8	3,9	8,6
Costa Rica	3,7	9,0	21,0
Cuba	3,2	3,6	17,3
Equador	2,5	7,2	34,9
El Salvador	1,1	2,8	9,4
Guatemala	0,8	3,4	8,3
Guiana	...	1,6	2,7
Haiti	0,3	...	0,9
Honduras	0,9	2,1	7,5
Jamaica	...	5,0	6,7
México	3,0	5,4	14,3
Nicarágua	1,0	5,0	12,4
Panamá	4,5	6,5	20,8
Paraguai	2,3	4,2	8,6
Peru	2,8	10,5	17,3
Puerto Rico	...	23,4	41,6
República Dominicana	1,8	6,1	...



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 18-44, 2024. ISSN: 2448-0215.
Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”
<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>
<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263821>

Suriname	...	3,2	6,7
Trinidad y Tabago	...	2,4	4,4
Uruguai	7,6	...	16,7
Venezuela	4,3	10,0	20,6
América Latina	3,0	6,2	13,7

Fonte: UNESCO, 2004, não paginado; FERNANDES, 1975, p. 50

Considerações finais

Ao traçar o mapa topográfico e morfológico da universidade brasileira e sua população durante os anos mais duros da ditadura militar no Brasil percebemos que o campo acadêmico ocupou um espaço privilegiado da política de ensino superior do regime com vetores de modernização e expansão inseparáveis dos vetores da vigilância e da repressão. Essa política universitária ao mesmo tempo que buscou expandir e modernizar o campo universitário brasileiro, também operou a privatização do ensino superior e a manutenção da desigualdade educacional regional e, claro, de classe, raça e gênero.

Referências

ALMEIDA, Dinoráh Lopes Rubim. A Atuação da Assessoria Especial de Segurança e Informações na Universidade Federal do Espírito Santo (AESI/UFES): análise de documentos relativos à vigilância aos militantes da comunidade universitária, contrários a ditadura militar. In: **Anais Eletrônico do XXVIII Simpósio Nacional de História**. Florianópolis, 2015. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/site/anaiscomplementares>. Acesso em: 27 abr. 2018.

BRASIL. **Reforma universitária**: avaliação da implantação – Universidade Federais. Salvador: UFBA – ISP/ MEC – DAU, 1975.

CARVALHO, Cristina Almeida de. **A reforma universitária e os mecanismos de incentivo à expansão do ensino superior privado no Brasil (1964 – 1984)**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Economia) – PPGCE/UNICAMP, Campinas, 2002.

CHARLE, Christophe. VERGER, Jacques. **História das universidades**. São Paulo: UNESP, 1996.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade reformanda**: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2007a.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 18-44, 2024. ISSN: 2448-0215.
Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”
<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>
<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263821>

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade crítica**: o ensino superior na república populista. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2007b.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: 34, 1992.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. 2. ed. Petrópolis: 1981.

DURHAM, Eunice R. **Ensino superior no Brasil**: público e privado. Documento de trabalho. Núcleo de pesquisa sobre ensino superior da USP. São Paulo, 2003.

FACCHINI, Regina; DANILIAUSKAS, Marcelo; PILON, Ana Cláudia. Estudo sobre sexualidade e suas conexões. In: **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 44, n. 1, jan/jun, 2013.

FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira**: reforma ou revolução? São Paulo: Alfa-ômega, 1975.

FERREIRA, Jorge. GOMES, Ângela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria; TRINDADE, Zeide; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. **Mulheres e militância**. Encontros e confrontos durante a ditadura militar. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

GOMES, Nilma Lino. Educação, relações étnico-raciais e a Lei 10.639/03. In: **A cor da cultura**. [S.I: s.n.], 2011. Disponível em: <http://antigo.acordacultura.org.br/artigo-25-08-2011>. Acesso em 20 set. 2017.

HABERMAS, Jürgen. BLAZEK, John R. The idea of the University: learning processes. In: **New german critique**. n. 41, Special issue on the critiques of the enlightenment (Spring – summer, 1987), pp. 3-22. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/488273>. Acesso em: 27 ago. 2017.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**. O breve século XX. 1914 – 1991. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IBGE. **Estatísticas do século XX**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

IBGE. **Anuários estatísticos do Brasil – 1964 – 1980**. Rio de Janeiro: IBGE, 1964-1980.

KLEIN, Hebert S.; Luna. Mudanças sociais no período militar (1964 – 1985). In: REIS FILHO, Daniel Aarão. RIDENTI, Marcelo. MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **A ditadura que mudou o Brasil**. 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MAIOR, Heraldo Pessoa Souto. **Para uma história da sociologia em Pernambuco**: a pós-graduação (1963-2004). Recife: UFPE, 2005.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 18-44, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263821>

MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. In: **Educ. Soc., Campinas**, v. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>; Acesso em: 22 jan. 2018.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2016.

MINTO, Lalo Watanabe. **A educação da miséria**: particularidade capitalista e educação superior no Brasil. Tese (Doutorado em educação) – PPGE/UNICAMP, Campinas, 2011.

ROGERS, Ibram H. **The Black campus movement**: black students and the racial reconstitution of higher education, 1965 – 1972. New York: PALGRAVE MACMILLAN, 2012.

ROOKS, Noliwe M. **White Money/Black power**: the surprising history of African American studies and the crisis of race in higher education. Boston: Beacon Press, 2006.

ROSAS, João Guimarães. **Grande Sertão**: veredas. 19. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

UFPE. Comissão Central de Pesquisas (COCEPUFP). **Relatório**: 1965. Recife, 1966.

UFPE. Comissão Central de Pesquisas (COCEPUFP). **Relatório**: 1966. Recife, 1967.

UFPE. Pró-reitoria para Assuntos de Pesquisa e Pós-graduação. **Relatório**: 1972. Recife, 1973.

UFPE. **Anuário Estatístico**. 1974. V. 3. Recife, 1974.

UNESCO. **Tabela**: Tasa bruta de matrícula em el tercer nível de enseñanza: 1970 - 2004. UNESCO, 2001.

VERAS, Dimas Brasileiro. **Sociabilidade Letradas no Recife**: a revista Estudos Universitários (1962-1964). 1. ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

VERAS, Dimas Brasileiro. **Palácios cariados**: a elite universitária e a ditadura militar – o caso da Universidade Federal de Pernambuco (1964-1975). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

VERAS, Dimas Brasileiro. A queda do reitor João Alfredo: ação midiática conservadora e a repressão aos dirigentes universitários no Golpe de 1964. In: **Topoi**. Revista de História. v. 22, n. 46, Jan – Abr 2021a.

VERAS, Dimas Brasileiro. Vestes talares, gandolas e blue jeans: o Conselho Universitário e o movimento estudantil conservador nos anos de ditadura militar no Brasil: o caso da Universidade Federal de Pernambuco (1964-1975). In: Thiago Soares; Marcília Silva. (Org.). **Pernambuco na mira do golpe: educação, arte-cultura**. 1ed. Recife: IGP, 2021b

VERAS, Dimas Brasileiro. Paulo Freire e o golpe de 1964: história, memória e esperança. In: Joana Salém Vasconcelos; Maíra Mendes; Daniela Mussi. (Org.). **PAULO FREIRE E A EDUCAÇÃO POPULAR**: esperar em tempos de barbárie. São Paulo: Elefante, 2023.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 18-44, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263821>

VERAS, Dimas Brasileiro. Entrevista. In. SALEM, Joana. (org.). **Inquérito Paulo Freire: a ditadura interroga o educador**. São Paulo: Elefante, 2024.

Recebido em julho de 2024.

Aprovado em agosto de 2024.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 18-44, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263821>